

Economia informal: quem criou o problema?

Brasil

CARLOS A. SALLES

As dimensões e as implicações da chamada economia informal no Brasil têm sido tema de apaixonadas discussões. Mas o fato é que, na cabeça da maioria das pessoas, parece estar sendo firmado o entendimento de que a coisa não tem jeito e que o melhor é aceitar a realidade de que, todos os anos, algumas centenas de bilhões de reais do Produto Interno Brasileiro serão mesmo geradas e gerenciadas totalmente à margem das instituições.

O poder público, nos seus diversos níveis, pouco ou nada faz para atacar as raízes dessa monumental evasão fiscal. Atolados em dívidas e dominados pela urgência faminta de gerar mais recursos financeiros, estados, municípios e Governo federal parecem não ter nem o tempo nem o saber para resolver um problema que eles próprios criaram.

A clandestinidade empresarial, em todos os países onde ela atingiu dimensões do tipo da que temos aqui, resultou tão somente de sistemas tributários obsoletos que, no afã de cobrar cada vez mais, acabam por inviabilizar a pequena atividade comercial e industrial.

A consciência do problema até que já existe em grau apreciável entre nós. Por pressão da sociedade, produziu-se toda uma série de iniciativas para atenuar os efeitos dessa tributação feroz sobre os pequenos negócios, porém a verdade é que o poder público demonstra ser incapaz de praticar aquilo que prega.

Quando era secretário de Fazenda no Governo Brizola, o doutor César Maia me disse uma vez que nenhuma microempresa sobreviveria se efetivamente cumprisse tudo o que lhe cobram sob a forma de impostos, taxas e exigências regulamentares.

Há anos o Sebrae, em vão, tenta fazer vingar uma certa justiça tributária no

país. Não adiantam as leis cheias de boas intenções. Contra elas prevalece a voracidade arrecadadora de quem precisa alimentar uma máquina que não pára de gastar.

Reconhecendo que a informalidade econômica é um fato da vida brasileira, as cadeias de lojas populares, especialmente as do ramo de eletrodomésticos, desenvolveram mecanismos para dar crédito ao cliente que pode pagar mas não tem como comprovar sua renda.

Dentro dessa mesma linha pragmática, funcionam em vários estados organismos que atendem pela sigla Ceape (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos) e que se destinam a viabilizar linhas de crédito para empresas do setor informal, justamente as que não têm acesso ao crédito bancário formal e que tinham, até então, como único agente financiador, o agiota de plantão.

Os Ceapes já acumularam uma brilhante coleção de sucessos em vários

pontos do país. São milhares de brasileiros que, por ganharem acesso a um pequeno crédito que podem repagar, conseguiram fazer decolar seus negócios. Os relatórios dos técnicos dos Ceapes, no entanto, ao lado dessas histórias de sucesso, nos brindam também com casos de horror, inconcebíveis num país que pretende atingir um estágio superior de desenvolvimento.

Tome-se como exemplo uma situação em que o antes ambulante, graças ao cré-

dito que lhe proporcionou o Ceape, finalmente se instala, com endereço e CGC. Começa a ganhar legitimidade, porém mal sabe o que lhe espera adiante. Ele agora está estabelecido e, em consequência, transformado em devedor de uma longa lista de taxas e impostos, além de candidato seriíssimo a multas severas porque ele, desde já, cometeu o pecado de não contratar, em regime de tempo quase integral, um contador e um despachante. Incapaz de entender o cipoal da legislação fiscal, aterrorizado pela burocracia acachapante e pelo burocrata prepotente, o coitado se arrepende, até o fundo da alma, do momento em que, desavisado, desejou ser empresário de "papel passado".

Dizem os relatórios dos Ceapes que, apanhados nessa situação de desespero, esses recém-legalizados comerciantes, com a rapidez que se impõe, cancelam o CGC, camuflam as lojas e oficinas, rasgam seus alvarás e com um suspiro de alívio retornam ao conforto da informalidade.

Enquanto isso, as nossas caras autoridades continuam zelosamente atoladas no debate estéril em torno de problema tão crucial como é a sonegação desenfreada. Infelizmente, esse quadro não mudará enquanto os governantes puderem lançar mão de CPMFs nascidas "provisórias" e que se tornam "permanentes" sem nem precisar trocar a sigla de identificação.

O triste é que, vendo progressivamente minguar a base onde buscará suas receitas, o Fisco aperta ainda mais o laço em cima de quem paga e, como subproduto, gera mais informalidade na economia. E ainda existe quem duvide da imperiosidade de uma reforma tributária radical.

Cavalcante



CARLOS A. SALLES é presidente da Xerox do Brasil.